

QUINTAIS URBANOS DE SALVADOR realidades, usos e vivências no século XIX

Lidando com um tema praticamente inédito, este trabalho procurou demonstrar a real importância dos antigos quintais urbanos para a cidade de Salvador e seus habitantes. Através da descoberta de inúmeras relações com diferentes aspectos da vida local – economia, vida familiar, manifestações culturais e religiosas etc. –, podemos concluir que, de fato, esses espaços não-edificados da cidade, pelo menos até o século XIX, eram parte integrante e fundamental da sua arquitetura residencial, formando, assim, um conjunto único, inseparável.

Introdução

Dentre os espaços urbanos marcantes da arquitetura colonial brasileira, em quase todos os núcleos habitacionais do país, os quintais certamente estão entre aqueles menos estudados – e, portanto, também menos conhecidos. A pesquisa nessa área, além disso, para azar dos estudiosos, é extremamente prejudicada em função da ausência quase total de obras que tratem diretamente do tema. Aliás, especificamente sobre os “quintais” de Salvador, por exemplo, nada encontramos.

Ao lado disso, no entanto, é possível perceber o grande interesse despertado por esses espaços urbanos não-edificados nas obras de diferentes cronistas e viajantes estrangeiros que, durante séculos, preocuparam-se em registrar, com maior ou menor grau de detalhamento, as principais características da cidade de Salvador em diferentes períodos de sua evolução. Desde os mais antigos textos, escritos poucos anos após a fundação da cidade de Salvador, surgem testemunhos que trazem notícias da existência – e muitas vezes da exuberância – desses quintais.¹

Nas obras do século XIX, porém, é possível notar uma mudança interessante na terminologia utilizada para designar as áreas não-edificadas das residências: os “jardins” praticamente substituem os “quintais” nas obras dos mais conhecidos viajantes e cronistas estrangeiros (especialmente os da primeira metade do século). Isso não quer dizer, no entanto, que os “quintais” tenham deixado de existir, ou então que tenham sofrido uma transformação radical, a ponto de merecer outra designação. De fato, na grande maioria dos documentos originais do século XIX que tratam dos imóveis em Salvador (testamentos, escrituras de compra e venda, inventários etc.), o termo “quintal” é predominante.² Essa questão, porém, é resolvida através de uma pesquisa em diferentes dicionários da língua portuguesa³, publicados no mesmo período (século XIX): descobre-se, então, que o “jardim”, na verdade, é parte integrante do “quintal”. Ou seja, o espaço definido pelo termo “quintal” pode conter, em seu interior, vários elementos: o jardim, o pomar, a horta, as criações domésticas etc. Acreditamos que o uso quase exclusivo do termo “jardim”, nessas obras, deve-se mais, portanto, a um vício de tradução – o termo “garden” (jardim), por exemplo, é muito mais comum na língua inglesa do que “backyard” (o termo que efetivamente melhor expressaria a realidade de um “quintal”) –, ainda mais quando sabemos que muitas dessas obras foram escritas originalmente em inglês.⁴

De qualquer forma, a importância dos quintais urbanos⁵ para a cidade e seus moradores, ao longo do século XIX, transparece nas relações que estabelecemos a partir dos dados obtidos nessas obras testemunhais, nos manuscritos originais guardados nos arquivos públicos, no estudo da arquitetura local, no estudo da própria história da cidade e de sua “paisagem humana” etc. Cruzando as informações – e identificando suas relações com o tema dos “quintais” –, conseguimos, então, traçar um quadro descritivo bastante detalhado da sociedade local, ao mesmo tempo em que resgatamos o verdadeiro papel dos quintais na vida de seus usuários, seja como áreas de lazer e convívio social, como áreas de produção, como zonas de serviço das residências etc.

Os Quintais: zonas de serviço das casas em Salvador

Embora a morada tenha primeiramente a função de dar abrigo e repouso a seus habitantes, ela é também o local onde inúmeras atividades se desenvolvem no dia-a-dia. Como destacou Carlos Lemos, “a casa é o palco permanente das atividades condicionadas à cultura de seus usuários” (ALGRANTI, 1997, p. 90).

Durante boa parte do século XIX, o funcionamento pleno das casas em Salvador baseava-se fortemente em duas premissas básicas: mão-de-obra farta e barata (principalmente os escravos), sobre a qual recaía todo o trabalho de manutenção das casas, e uma forte dependência de espaços e elementos externos, visto que, internamente, os ambientes disponíveis geralmente não tinham as dimensões e nem as condições necessárias ao desempenho de uma série de atividades ligadas ao pesado serviço doméstico.

A limpeza da casa, por exemplo, dependia quase totalmente da água que se coletava nas fontes públicas, rios e lagoas. Uma vez disponível em casa, porém, a realidade da moradia brasileira não favorecia a sua entrada – em grandes quantidades – nos cômodos, já naturalmente úmidos e terrivelmente impregnados de um forte cheiro de mofo. As casas brasileiras eram, portanto, “secas” (LEMOS, 1978, p. 35-36) por natureza. A sua própria disposição interna, aliás, com pouca ventilação e iluminação naturais, não permitia que fosse de outra forma.

Porém, a cada novo dia, surgia, dentro de casa, uma quantidade adicional de roupa a ser lavada, de panelas e pratos a limpar, banhos tinham de ser tomados, necessidades fisiológicas satisfeitas, todas essas atividades que demandavam uma grande quantidade de água – e de boa qualidade. Onde poderia, então, a população resolver essas questões de forma satisfatória, sem comprometer o conforto mínimo de suas casas? Uma parte do problema, pelo menos, era resolvida recorrendo-se às fontes naturais de água existentes nos arredores da cidade: rios, lagoas e o próprio “Dique”⁶ serviam àquelas tarefas mais pesadas, que demandavam uma grande quantidade de água para sua execução – a lavagem da roupa, por exemplo. Mesmo dispondo – teoricamente o dia todo – dos escravos para o cansativo trabalho de transporte dos potes e barris de água, a própria “lei do mínimo esforço” (LEMOS, 1978, p. 34) levava a uma prática cotidiana que otimizasse esse tempo, até mes-

mo porque outras tarefas certamente aguardavam os escravos quando esses voltavam de suas rotineiras visitas às fontes públicas.

Dessa forma, o que fosse possível ser levado à beira dos rios e lagoas da cidade, era então lavado ali mesmo. Porém, certamente, haveria também, com grande frequência, aqueles pequenos serviços rotineiros de limpeza, aquelas lavagens constantes de utensílios de uso freqüente em casa – os artigos e objetos da cozinha, por exemplo –, ou mesmo a limpeza prévia dos alimentos, que demandava uma quantidade mínima de água (a do “gasto”), que depois era despejada no próprio quintal – quando não no meio da rua mesmo, apesar das antigas proibições.⁷

Em função dessas necessidades, vamos encontrar – a partir das fontes documentais – uma série de elementos construídos nos quintais, compondo naturalmente a sua zona de serviço: as cozinhas externas (também denominadas “cozinha fora”, geralmente dedicadas à produção mais demorada – ou em maior quantidade – de alimentos, afastando do corpo principal da casa o calor e a fumaça do fogão a lenha), os telheiros (com uma infinidade de usos, podiam funcionar como área para a lavagem de roupas ou de utensílios domésticos, cobertura de poços e cisternas, oficinas improvisadas etc.), as “casas de banho” (ou “banheiros”), as “latrinas” (ou “secretas”), os jirais e varais (onde era possível manter afastado do chão sujo toda espécie de artigo: alimentos, roupas e utensílios limpos etc.), as senzalas e dependências de empregados, as cocheiras e estrebarias (onde eram guardadas as montarias e as carroças) etc.

Nos quintais também se limpavam os objetos maiores da casa, como, por exemplo, móveis e colchões, velhos baús e quaisquer outros utensílios que pudessem acumular poeira, percevejos, baratas etc.:

Catar percevejo era ofício pouco atraente. Era preciso remover a cama ou outro móvel em questão para o fundo do quintal. Se fosse cama, tinha de ser desarmada, processo muito complicado no tempo das camas de pau, enormes, sólidas, de cabeceiras pesadas, travessas, cambotas, tabuletas e outras peças de desmonte penoso pelos parafusos e ferrolhos que agüentavam os encaixes. Matava-se percevejo com água fervente. Também com aguarrás. Era o modo mais banal e ao alcance de todos (VIANNA, H., 1994, p. 126).

Ou ainda:

A Dindinha, abelha prestimosa, desde cedo atarefada, mandava trazer as malas para o quintal e ali as abria cuidadosamente. Receando que as peças de roupa trouxessem alguma barata, examinava-as e sacudia-as uma a uma, antes de dizer às meninas que as levassem para dentro (BARROS, M., 1998, p. 118).

Eram os quintais, portanto, os espaços ideais para tarefas dessa natureza, fossem elas desempenhadas diretamente a céu aberto, sob os pequenos “telheiros”, ou mesmo nas “cozinhas fora”, citadas anteriormente. Porém, de maneira a funcionar adequadamente como zona auxiliar aos serviços domésticos, o quintal ainda tinha de ter, preferencialmente, um acesso facilitado, que permitisse o contínuo fluxo – entrada e saída – de escravos e empregados, a desempenhar suas tarefas sem perturbar a tranqüilidade dos moradores. Efetivamente, podemos imaginar que o corredor principal das casas, dando acesso às salas e aos quartos de alcova, não

deveria ser usado preferencialmente para o transporte dos detritos e dejetos caseiros, das panelas e potes sujos, das roupas usadas etc. Vamos descobrir, em realidade, através dos documentos do século XIX, uma outra característica dos quintais em Salvador: muitos efetivamente tinham “portões” ou “porteiras” instaladas em seus muros e cercas, garantindo, então, a sua plena “servidão”.

Ou seja, tão importante quanto ter um quintal em casa era também assegurar, sempre que possível, um acesso individual para o mesmo, que o tornasse de certa forma independente do acesso principal da casa. E, efetivamente, os manuscritos refletem essa realidade: descobre-se que a denominada “servidão” dos quintais era, em muitos casos, garantida pela existência dessas vias alternativas de acesso: becos, vielas, ruas etc. Através dos “portões” e “porteiras” existentes nos muros e cercas dos quintais, portanto, podiam os escravos ou empregados utilizar os becos transversais para o transporte de mercadorias e objetos em geral.

Huma morada de casa térrea, com vinte e hum palmos de frente, porta [...] e janella, salla aberta, dous quartos, cozinha, tendo de fundo cincoenta e hum palmos, e quintal com dezesseis, que bota o fundo, ou devide com [...] o beco denominado do Mingão [...]. (APEB, 1948, p. 96)

Por vezes, os quintais comunicavam-se diretamente com ruas de maior porte. Nesses casos, além de oferecer uma melhor condição de acesso aos mesmos (ampliando, pois, a sua “servidão”), essa disposição dos terrenos, com o passar dos anos, facilitava a construção posterior de novas edificações na área interna dos quintais, aumentando, assim, a oferta de imóveis no mesmo local.

Escriptura de compra, venda, paga e quitação que faz Ricardo José da Costa á João Vieira Lisboa de trez propriedades de cazas térreas [...], huma sita em terreno próprio na rua dos Perdões com duas janellas e porta de frente, [...] com duas braças de frente com seo quintal, e n’este edificada uma casinha [...] com a frente para o beco – Pingassu – e a outra na rua de São José, ou Currais Velhos [...] (APEB – Seção Judiciária – Livro de Notas 01/04/371 – Folha 14V – Documento de 22/08/1863).

A Economia doméstica e os quintais

“Dois elementos marcaram profundamente as atividades dos colonos no interior dos domicílios e a sua rotina cotidiana: a escravidão e a falta de produtos, que estimulou a produção doméstica” (ALGRANTI, 1997, p. 142).

Numa sociedade tão dependente do pequeno comércio – bem como da prestação de serviços –, os quintais inserem-se na vida econômica de Salvador até o século XIX, oferecendo aos seus usuários um espaço com múltiplas funções e possibilidades. Em função da reduzida oferta de postos de trabalho na cidade, até mesmo alguns dos ricos sobrados dependiam – em maior ou menor grau – do pequeno comércio ambulante da cidade, realizado então pelos “escravos de ganho”. Das pequenas casas térreas, as humildes casas de “porta e duas janelas”, também saíam milhares de vendedores diariamente, percorrendo ruas e praças em busca de fregueses interessados em seus serviços ou artigos dos mais variados tipos. Eram esses produtos, por sua vez, principalmente os gêneros alimentícios, de fabri-

cação eminentemente caseira, e que, junto com os artigos produzidos nas pequenas oficinas de “fundo de quintal” (SANTOS, M.,1992 p. 258), geravam a renda necessária à subsistência de muitas famílias baianas, especialmente aquelas mais pobres e desamparadas.

Os telheiros, “abertos” ou “fechados”, encontrados com alguma frequência nos quintais (de acordo com as escrituras de compra e venda de imóveis), naturalmente representariam os espaços ideais para essa produção caseira em escala variada. Debaixo de sua cobertura, portanto, seriam instaladas todas aquelas áreas de produção que não coubessem dentro de casa, ou que trouxessem algum risco à segurança do imóvel e de seus habitantes. Uma oficina de ferreiro, por exemplo, dificilmente poderia ser instalada de maneira adequada dentro de uma residência, por maior que fosse o edifício. O calor da fornalha e o barulho da marreta sobre as peças de ferro certamente não combinariam com o ambiente doméstico.

Aos quatorze de Janeiro de mil sete centos e noventa e sete annos nesta Cidade da Bahia e rua do estaleiro do Caes do Sodré onde foi vinda a Vereação que no presente serve, [...] a requerimento de Manoel de Souza Maya para se lhe arruar o terreno em que se achava construhido um telheiro velho o qual tinha tomado de venda ao Senhorio Capitam Mor Simão Alvares da Silva para o edificar com algum acrescimo para o desafio da officina de ferreiro de que usa [...] (FGM – Termos de Alinhamentos e Vistorias – 1775 a 1800. Estante 09. Número de ordem 174.3 – Folha 57V).

Debaixo dos mesmos telheiros, ou então nas cozinhas externas (“cozinha fora” ou “cozinha suja”), encontramos, também, os grandes fogões a lenha, destinados à produção daqueles alimentos mais demorados – os doces, os bolos, os cozidos, os guisados etc. – ou que demandavam maior espaço para a limpeza dos ingredientes e o preparo dos pratos. Esses elementos externos também favoreciam (ou facilitavam) a produção de gêneros alimentícios numa escala maior, direcionada ao comércio ambulante, traço característico de Salvador e fonte de renda para muitas famílias. É de se imaginar que o fogão sempre aceso (para agilizar a produção dos chazinhos “milagrosos” e outras receitas caseiras do gênero), o vai e vem de escravos ou empregados trazendo a matéria-prima para os alimentos, o próprio serviço de limpeza desses alimentos, o preparo dos quitutes sobre o fogão a lenha e a arrumação caprichada das bandejas, tudo isso efetivamente produzisse uma quantidade enorme de sujeira e barulho, que, por conveniência, deveriam também ser afastados o quanto possível do corpo principal da casa, como forma de garantir-lhe um mínimo de conforto e higiene.

A importância dos quintais para a economia doméstica, no entanto, ampliava-se quando esses possuíam área suficiente para englobar também a criação doméstica de animais (aves principalmente), a pequena horta, o pomar etc. De fato, poucos moradores podiam se dar o luxo de comprar alimentos em grande quantidade para armazenar em casa, não apenas pela falta de dinheiro – devemos ter em mente que a grande maioria da população da cidade era muito pobre – como também, em muitos casos, pela falta de espaço adequado em suas residências, geralmente abarrotadas de moradores, agregados e inquilinos. Da mesma forma, com o clima sempre quente e úmido da região, nem todos os alimentos agüentavam períodos longos de armazenamento sem deteriorar-se. Isso, obviamente, forçava

os moradores a estarem continuamente em contato com os comerciantes locais, submetendo-se às suas políticas – nem sempre favoráveis e justas – de fixação dos preços dos principais artigos consumidos pela população de Salvador.

Dessa forma, num mercado caracterizado pela baixa oferta de produtos, irregularidade do abastecimento e grande instabilidade dos preços, poder contar com uma produção doméstica qualquer já seria um grande auxílio para muitas famílias. Coerentemente, vamos encontrar muitos terrenos baldios ao redor da cidade ocupados com roças, hortas e pomares, de onde uma parcela da população podia tirar o seu sustento (ou parte dele). Da mesma forma, os quintais – delimitados por muros de pedra e cal ou mesmo por cercas mais simples –, por sua proximidade com a casa e maior proteção, tornavam-se espaços ideais de culturas e criações domésticas, facilitando o manejo das pequenas lavouras e dos animais. Nos quintais encontramos, portanto, os arvoredos frutíferos (coqueiros, bananeiras, laranjeiras, mangueiras e jaqueiras com maior frequência), as hortaliças, as ervas medicinais, as galinhas, patos e perus; porcos e carneiros, engordando sob as vistas dos seus donos, reservados para as datas festivas. Sobre os jiraus, nos quintais, eram secos as carnes e os peixes, aproveitando-se as épocas de fartura e preços mais baixos do xaréu, da tainha, do xixarro. As flores produzidas nos jardins também podiam ser direcionadas ao comércio ambulante, abastecendo-se a cidade com as coloridas pétalas e folhas aromáticas nas festas e procissões religiosas, celebrações, velórios etc.

Também não é possível esquecer do sistema altamente precário e deficiente de abastecimento de água em Salvador – principalmente a potável –, fonte de muitos conflitos e que trazia grande desconforto para os antigos moradores. Nesse caso, aqueles felizardos que possuíam, em seus quintais, um “poço nativo” acabavam tirando, quando necessário, até mesmo algum proveito financeiro da situação. Não apenas tinham seus imóveis valorizados com essas fontes (e sua rotina doméstica extremamente favorecida), mas também podiam ganhar dinheiro vendendo a preciosa água aos vizinhos – que assim perdiam menos tempo enviando seus escravos (ou empregados) às fontes públicas – ou até mesmo negociar a posse dessas fontes (com as autoridades municipais) em troca de obras de grande porte em suas propriedades.

Aos sette de outubro de mil oito centos e seis annos nesta Cidade da Bahia, e Casas do Coronel Pedro Gomes Ferrão Castelbranco no seu quintal à Rua denominada do Maciel, [...] para effeito de se decidir a representação que ao Senado havia feito o dito Coronel [...] pela qual offercia fazer publica a fonte que havia no quintal das mencionadas casas, à condição do mesmo Senado fazer húa muralha, que sustentasse a terra que se achava eminente sobre a dita Fonte, como tudo consta da sua referida representação, e sendo ahí os dois Presidentes e Procurador acima referidos, assentarão, depois de se proceder a informação do Mestre de Obras da Camara, que [...] se aceitasse a offerta, e que em Câmara se ducidiria com mais circunspecção e pluralidade de Votos [...] (FGM – Termos de Alinhamentos e Vistorias – 1800 a 1812).

Sem os quintais, portanto, fica claro que as privações às quais os moradores de Salvador estariam submetidos seriam compreensivelmente maiores, impedindo que pudessem cercar-se de proteções adicionais contra as freqüentes crises de desabastecimento – principalmente as de alimentos básicos, como a farinha de

mandioca e a carne verde – que ocorriam em Salvador desde o século XVII. Usufruindo a produção de seus pomares e hortas, cuidando do galinheiro ou engordando um porco em um canto afastado da casa, podiam os moradores das humildes “casas térreas” – ou mesmo dos imponentes sobrados – ter algum auxílio na alimentação de suas famílias, complementando aquilo que o pouco dinheiro ganho com a venda de seus produtos ou serviços podia adquirir, ou mesmo vendendo o excedente de sua modesta produção no comércio local.

O Valor social e cultural dos quintais: costumes, práticas religiosas e superstições

Com exceção das cerimônias religiosas e freqüentes procissões, eram poucas as ocasiões em que as famílias baianas, especialmente as pertencentes às altas classes, expunham-se à curiosidade pública. A privacidade era um dos mais fortes valores da sociedade local, resultando num confinamento quase total das mulheres e crianças dentro de casa. Com pouca coisa a fazer – uma vez que os escravos cuidavam de todos os afazeres domésticos –, cultivava-se o ócio como símbolo maior de prestígio e riqueza, separando-se parte do dia, porém, para os estudos costumeiros: os meninos aprendiam a ler e a fazer contas; para as meninas, “toda a educação era voltada para o casamento, para as atividades que deveriam desempenhar enquanto mães e esposas” (ALGRANTI, 1997, p. 120).

Eram os quintais, portanto, praticamente por exclusão, locais de lazer por excelência das famílias baianas. Comia-se, então, na sala dos fundos – “sala de jantar” –, na varanda fresca ou então na própria cozinha, que normalmente comunicava-se diretamente com o quintal. Nessa parte da casa, podiam todos conviver tranqüilamente, longe da curiosidade dos transeuntes e das eventuais visitas inesperadas. Ambientes íntimos e reclusos eram geralmente freqüentados pelas mulheres da casa, que podiam livremente circular em seus trajes simples e desleixados, ombros à mostra, em meio aos escravos e às crianças da casa.

Duas jovens escravas, sentadas no chão, sobre esteiras, cosem ou fazem renda; crianças de quatro ou cinco anos, vestidas de camisinhas curtas ou mais primitivamente ainda, correm pela sala; um recém-nascido, deitado no soalho, na mais simples das instalações, besunta as faces de doce [...] (VAUTHIER, 1975, p. 41).

Protegidos por altos muros de pedra e cal, isolados da rua principal pelo comprido corredor lateral da casa e seus inúmeros aposentos – sala de visita, quartos de alcova, despensa, copa etc. – podiam os moradores descansar sossegados debaixo da sombra produzida pelo pomar, especialmente após as refeições ou nas horas mais quentes do dia; podiam as crianças brincar despreocupadamente sob os telheiros ou sobre as árvores; podiam as senhoras passear livremente pelo jardim. As meninas da casa, por exemplo, estavam freqüentemente “ocupadas com seus brinquedos no quintal, pátio ou varanda” (VIANNA, H., 1979, p. 33).

Com a mesma severidade se exigia, a horas certas, a presença dos alunos para o estudo e recreio do quintal. Ai da menina que, depois do toque de saída, fosse a um canto da sala de estudos para uma furtiva leitura do seu livro

predileto! Veria logo abrir-se a porta e uma voz exclamar: “Que é isso? Não sabe que é hora do recreio? Vá já para o quintal, e hoje fica sem a sobremesa”. Lá ia o livro querido para a carteira... A pequena descia a escada, tomando na sala de jantar o seu pão com manteiga, para comê-lo no alto da enorme pitangueira que crescia no fundo do quintal (BARRROS, M., 1998, p. 14-15).

Da mesma forma, em função da forte tradição religiosa doméstica (MOTT, 1997, p. 160) evidenciada ao longo de todo o século XIX, os quintais também acabam envolvidos nos diferentes rituais (e festas) das principais devoções familiares. Era o caso, por exemplo, das comemorações em louvor a São João e São Pedro, ambas realizadas – na Bahia – no mês de junho. Os quintais tornavam-se então os espaços ideais para as crianças armarem suas fogueiras, soltarem seus fogos de artifício, suas bombas, seus rojões.

Foram tantas e boas as arremetidas infantis que os maiores julgaram acertado liquidar o negócio de molecada na porta, a bem da disciplina caseira. Satisfiz-me a solução da qual não resultou me privassem de divertir-me no quintal, onde só não toquei ronqueira, com medo de morrer ou ficar aleijado (VIANNA, A., 1979, p. 101).

Nos sábados de Aleluia, queimavam-se, pela cidade, os Judas “de pano nos quintais, com a meninada em folia. Na rua, os de porte, com ou sem testamentos” (VIANNA, A., 1979, p. 67). Nessas festas populares, portanto, muitas vezes por falta de um espaço público seguro e apropriado para o lazer das famílias, as comemorações aconteciam em casa mesmo, não raro nos quintais.

No entanto, o uso dos quintais para determinadas manifestações religiosas não estava restrito unicamente ao culto católico, ainda mais numa cidade como Salvador, com forte influência africana. Os vestígios de mata nativa existentes em vários cantos da cidade, os pequenos rios e riachos que cortavam algumas zonas residenciais, os elementos naturais, enfim, tão presentes em Salvador, forneciam o “habitat propício para o contato com os deuses d’África” (MOTT, 1997, p. 206). Nas áreas mais afastadas do centro da cidade, naquelas zonas semi-rurais das freguesias maiores – principalmente Santo Antônio, Vitória e Nossa Senhora de Brotas – existiam inúmeros quilombos e terreiros religiosos, onde os negros desafiavam constantemente as autoridades, realizando os seus “batuques” e instalando seus “candomblés” (COSTA, A., 1989, p. 126).

Porém, os jornais do período dão provas de que essas manifestações religiosas também ocorriam nas zonas centrais da cidade, inclusive em bairros populosos e bastante tradicionais. A edição de 02 de junho de 1859 do jornal *Diário da Bahia*, por exemplo, registra a “batida na casa da parda Carlota, situada à Conceição do Boqueirão, [...] onde se fabricava rituais do candomblé” (COSTA, A., 1989, p. 127). Pouco mais tarde, o jornal *O Óculo Mágico*, na sua edição de 11 de outubro de 1866, informava existir na localidade de São Miguel, freguesia de Santana, “duas ou três casas que constantemente se reúne uma grande quantidade de negros”, quando ocorrem então “danças”, batuques e cânticos. Em certas ocasiões, esses encontros podiam reunir centenas de pessoas, “a tal porção que não cabiam dentro de casa”, ocupando então “os quintais”, e “pela frente e fundo da rua estavam eles sentados”.⁸

A cultura popular também se aproveitava da existência dos quintais para difundir uma série de crendices e superstições, orientando diferentes aspectos da antiga vida doméstica. Com esse propósito, “eram cultivadas [...] sem motivo decorativo nenhum, só por profilaxia da casa contra o mau-olhado: o alecrim e a arruda, por exemplo. Com o mesmo fim espetavam-se chifres de boi nos paus das roseiras.” (FREYRE, 1968, v. 2, p. 201). Algumas espécies de aves – como as galinhas de angola – eram criadas no quintal, para garantir a mesma proteção. Porém, quando essas práticas falhavam e alguém acabava “cozido” no olhado, às vezes o “remédio” podia ser encontrado também no próprio quintal. Para as crianças que viviam doentes e fracas, por exemplo, a solução estava em um ritual bastante simples:

[...] manda-se que o pai, ou na falta deste, um senhor de respeito, num dia de sexta-feira, abra as pernas na porta do quintal, de forma que os pés fiquem guarnecendo os portais. Passa-se três vezes o menino por entre as pernas abertas do pai, sempre pelo mesmo lado. Três sextas-feiras seguidas deve ser repetido o “remédio” (VIANNA, H., 1988, p. 35).

Em outros casos, as medidas podiam ser mais drásticas:

Os adultos tinham sonhos significativos com dente doendo ou não, com muita comida, muita alegria, carruagens [...], pessoas gordas e viçosas, panos pretos e ambientes sombrios. No quintal, surgia uma galinha cantando a pleno peito, como se galo fora, o que lhe custava a perda imediata de um dedo do pé ou da própria vida, se houvesse por perto pessoa muito cismada para dar palpites (VIANNA, H., 1979, p. 52).

As bananeiras, encontradas com frequência nos quintais de Salvador, por exemplo, são o alvo preferido de muitas “mandingas” e simpatias caseiras: para o cabelo crescer forte e farto, era aconselhável enfiar no olho do filhote da bananeira as pontas do cabelo recém-cortado; com o propósito semelhante enterrava-se o umbigo dos recém-nascidos – ou a própria placenta – ao pé da bananeira como forma de garantir o seu crescimento sadio; para conter a hemorragia do parto, bebe-se meio copo da água extraída do talo da bananeira ao mesmo tempo em que dá-se um nó na camisa da parturiente e pronuncia-se em voz alta :“Fique aí preso até eu soltar” (VIANNA, H., 1988, p. 23).

Enfim, percebe-se que muitos moradores de Salvador não hesitavam em usar os quintais – e seus principais elementos (elenco vegetal, criações domésticas, elementos construídos etc.) – em seus rituais caseiros de cura, de proteção e nas manifestações religiosas de diferentes origens. Isso comprova que esses espaços – os quintais – estavam, de fato, plenamente integrados à vida social e cultural dos habitantes de Salvador e que, portanto, configuravam-se, mais uma vez, em importantes áreas de lazer e de vivência da antiga família baiana.

Os Quintais na paisagem de Salvador (século XIX)

Até então estivemos analisando os quintais sob diferentes pontos de vista – cultural, social, econômico etc. –, acentuando sempre a sua importância para a população de Salvador, desde os primeiros tempos de colonização portuguesa. Como reflexo dessa sua grande utilidade, descobrimos então que, de fato, eram poucos

os imóveis residenciais que não possuíam o seu “quintal” ou “pátio”, por menor que fosse – mesmo em áreas de topografia acidentada. Estavam os quintais, portanto, perfeitamente inseridos no cotidiano da cidade e de seus moradores, com suas múltiplas funções e usos diversos.

Dessa forma, a presença das edificações residenciais em Salvador – pelo menos até o século XIX – implicava também a existência de áreas não edificadas – com maior ou menor concentração –, até mesmo nas freguesias mais antigas, geralmente densamente ocupadas. Dispostos de maneira isolada ou em conjuntos – no interior dos quarteirões fechados, por exemplo –, esses quintais inseriam o elemento vegetal num meio predominantemente “mineral”, onde, por muito tempo, a vegetação estaria ausente dos principais espaços públicos. Dentro desse espírito, portanto, realmente não fazia sentido para o colonizador português dos séculos XVI ao XVIII reintroduzir, em suas ruas e praças, a vegetação tropical que, com tanto esforço, ele havia conseguido eliminar (SEGAWA, 1996, p. 23).

Escondido muitas vezes por trás de grossos muros de pedra e cal, esses quintais, no entanto, especialmente quando vistos à distância, destacavam-se de maneira intensa na paisagem, conferindo à cidade uma característica paisagística única. Ou seja, as mesmas condicionantes sociais e econômicas de Salvador que demandavam a presença dessas áreas não-edificadas – os quintais – em meio ao tecido urbano, eram responsáveis também, indiretamente, por conferir à cidade um aspecto ímpar, exclusivo de uma metrópole com as características físicas, sociais, culturais e econômicas que encontramos em Salvador durante tanto tempo.

Conclusão

Ao final da pesquisa, acreditamos poder afirmar, com bastante segurança, que os quintais urbanos na cidade de Salvador, pelo menos até o século XIX, eram parte integrante e fundamental das residências, tanto nas mais humildes “casas térreas” quanto nos sobrados. Em ambos os casos, os moradores tiravam partido dessas áreas livres para os mais diversos propósitos, em contraposição a um estilo de vida voltado para o interior das moradias, onde a privacidade era o bem mais precioso.

Sem uma atividade industrial própria de relevo que pudesse absorver um enorme contingente de desempregados e sem estar diretamente envolvida na atividade econômica que realmente interessava à Coroa – a produção do açúcar –, a população de Salvador, em sua grande maioria pobre e desassistida, dependia, em larga escala, do pequeno comércio e da prestação de serviços – incluindo-se aí o aluguel dos seus escravos “de ganho”. Apesar de poder contar com extensas faixas de terra ao seu redor, Salvador produzia ela própria uma grande parte dos alimentos que consumia (MATTOSO, 1992, p. 46), obviamente aproveitando os espaços livres existentes dentro da cidade para essas produções. Vamos encontrar nos quintais, portanto, as pequenas plantações, os pomares, as hortas, as criações domésticas (principalmente aves) e até mesmo os jardins, que produziam flores eventualmente comercializadas na cidade. Debaixo dos telheiros, nas cozinhas externas, nos jiraus suspensos, os escravos ou empregados produziam toda espécie de artigo comercializável: doces, bolos, conservas, carne e peixe secos, bebidas, chapéus,

balaios, esteiras etc. Esse comércio, muitas vezes, representava para algumas famílias a principal fonte de renda, tornando os seus quintais, portanto, absolutamente imprescindíveis.

Da mesma forma, descobrimos em Salvador uma arquitetura com graves deficiências em termos de conforto e higiene. Espremidas em lotes urbanos estreitos, sem recuos laterais, as casas eram mal iluminadas e ventiladas. Os quartos de alcova, por exemplo, localizados na parte central dos imóveis, sequer possuíam aberturas externas que propiciassem a renovação do ar viciado, o que resultava em condições altamente insalubres para os seus ocupantes. Portanto, a família baiana do período colonial – e mesmo após essa fase, até pelo menos a segunda metade do século XIX –, reclusa a maior parte do tempo, mantendo afastadas da curiosidade e dos olhos alheios suas mulheres e filhas, passava boa parte do tempo nos aposentos dos fundos (cozinhas, varandas, salas de jantar) e nos quintais, onde as crianças podiam brincar à vontade, onde a brisa amenizava o calor, onde, debaixo da sombra dos parreirais ou das majestosas mangueiras e jaqueiras, podia-se passar agradavelmente as longas horas quentes do dia.

Também em função de suas características construtivas, as casas em Salvador – e aí estamos incluindo sempre as “casas térreas” e os sobrados – dificilmente podiam prescindir dos quintais para garantir o seu funcionamento pleno. Era fora de casa, por exemplo, nas barricas e cisternas, que se guardava a água potável em grandes volumes, evitando armazenar internamente, num espaço já naturalmente úmido em função da ventilação deficiente, essa água tão preciosa, conseguida com tanto esforço nas limitadas fontes públicas existentes pela cidade. Havia ainda aqueles afortunados que possuíam, em seus quintais, um poço ou fonte nativa, o que aumentava o valor de suas propriedades, servindo, às vezes, como moeda de troca com as autoridades municipais, ou mesmo como fonte de renda extra pela venda de água aos vizinhos.

Nos quintais também ficavam as cozinhas externas, as “cozinhas sujas” (ALGRANTI, 1997, p. 102-103), responsáveis pela produção daqueles alimentos que geravam mais sujeira ou que exigiam o uso do fumarento fogão à lenha, mantido, evidentemente, sempre que possível, afastado do corpo principal da casa. Debaixo dos telheiros, os escravos faziam a limpeza da tralha doméstica de uso comum; nos varais, ficavam suspensas as roupas lavadas, “corando” sob o sol. Perdido em algum canto qualquer, escondido, ficava às vezes o barril conhecido por “tigre”, onde se despejavam os detritos e toda sorte de imundice produzida pelos moradores ao longo do dia, à espera do momento em que, protegidos pela escuridão da noite, os escravos saíam em direção às praias a efetuar o despejo e a limpeza posterior dos infectos recipientes.

Em função dessas descobertas, podemos afirmar, portanto, que as residências de Salvador e seus respectivos quintais formavam um conjunto único, inseparável. Tratá-los, pois, de uma maneira diferente evidencia o desconhecimento – ou incompreensão – dessa relação. Nas recentes intervenções de restauro efetuadas no antigo núcleo urbano de Salvador – popularmente denominado “Pelourinho” –, percebemos vários exemplos dessa falta de informação. Os antigos quintais, confinados no centro dos quarteirões, por exemplo, foram substituídos por praças, estacionamentos, espaços para shows etc.

Inadvertidamente essas intervenções acabam, em realidade, modificando o aspecto dito “original” da antiga cidade colonial. Retira-se a vegetação de sua paisagem – justamente o elemento que permitia o contraste com as edificações, valorizando-as –, substituindo-a por áridos pisos de pedra e cimento. Justamente num espaço tão carente de áreas sombreadas e locais amenos, onde se busca naturalmente o refúgio contra o sol inclemente e o calor, reduz-se o espaço disponível para essa vegetação. Da mesma forma, descortina-se, para os desavisados turistas e visitantes, um panorama que não encontra embasamento na história da arquitetura da cidade. Abrem-se, pois, as fachadas posteriores em um amplo espaço de convivência pública, contrastando totalmente com o clima de reclusão e privacidade que transparecem nos relatos dos antigos cronistas e viajantes estrangeiros.

Acreditamos, pois, que esta pesquisa poderá trazer uma nova luz sobre o assunto, modificando conceitos e práticas em intervenções futuras no mesmo tecido urbano antigo de Salvador. A vontade de conservar e restaurar as edificações e monumentos coloniais deve ser, portanto, estendida aos quintais, espaços fundamentais para a compreensão dos antigos hábitos, costumes e valores dos habitantes de Salvador, bem como dos elementos que, no passado, sempre fizeram parte de sua identidade visual – a rica vegetação tropical em particular.

Jan Maurício Oliveira van Holthe é arquiteto e coordenador dos Laboratórios de Informática da UNIFACS – Universidade Salvador. Este artigo é baseado na sua dissertação de mestrado, defendida em 2002 no PPG-AU/FAUFBA, sob a orientação da prof^{ra}. Odete Dourado Silva.

Notas

- ¹ Em 1587, Gabriel Soares de Souza observou que “a vista desta cidade é mui aprazível ao longe, por estarem as casas com os quintais cheios de árvores [...]” (SOUSA, G., 1938, pt. 2, cap. 10). Em 1756, o navegante sueco Johan Brelín achava que disposição da cidade em diferentes elevações “lhe dava grandioso e agradável aspecto. Sobretudo porque às casas se entremeavam belos pomares” (TAUNAY, 1960, p. 8).
- ² Apenas naqueles manuscritos produzidos no último quartel do século XIX, vamos encontrar as primeiras referências aos “jardins” e, nesses casos, as descrições feitas das edificações dão a entender que, de fato, representariam uma nova realidade espacial: não mais os “quintais” escondidos da parte posterior das edificações, mas sim os espaços nobres na frente das casas, separados da rua principal por muros e grades de ferro ornamentais.
- ³ Foram eles: *Dicionário da Língua Portuguesa*, de Antônio de Moraes Silva (edições de 1823 e 1858), *Dicionário da Língua Brasileira*, de Luiz Maria da Silva Pinto (edição de 1832), o *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, de Eduardo de Faria (edição de 1853) e o *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*, de Antônio Lopes dos Santos Valente (edição de 1881).
- ⁴ Dentre os autores mais conhecidos, ingleses e americanos, temos: Thomas Lindley (1802-1803), Henry Hill (1808), Maria Graham (1821 e 1823), Charles Darwin (1831 e 1836), George Gardner (1837), Daniel Parish Kidder (1837-1840), Samuel Greene Arnold (1847), Edward Wetherell (1843-1857) e William Hadfield (1854 e 1870).
- ⁵ Nosso estudo centralizou as pesquisas nos quintais daquelas propriedades localizadas em áreas centrais da cidade. Entendemos que os quintais das moradias erguidas nos subúrbios (as “chácaras” ou “roças”, como às vezes são chamadas), com uma maior disponibilidade de terreno, apresentavam uma outra realidade.
- ⁶ Dique do Tororó, localizado na região dos Barris (em Salvador).
- ⁷ Postura 30 (25/02/1831): “Nenhuma pessoa poderá conservar imundos, ou com águas estagnadas e corruptas, os quintais e pátios de sua casa. Pena de 8\$000, ou oito dias de prisão” (FGM: Posturas: 1829 a 1859. Estante 08. Número de ordem 119.5 – Folha 19).
- ⁸ O Óculo Mágico, edição de 11 de outubro de 1866 apud COSTA, A., 1989, p. 134.

Bibliografia

- ALGANTI, Leila Mezan. Famílias e vida doméstica. In: SOUZA, Laura de Mello (Org.). *História da Vida Privada no Brasil: Cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 84-154.
- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA. *Tombo dos Bens das Ordens Terceiras, Confrarias e Irmandades da Cidade do Salvador Instituído em 1853*. Bahia: Imprensa Oficial, 1948.
- AUGEL, Moema Parente. *Visitantes Estrangeiros na Bahia Oitocentista*. São Paulo: Cultrix; Brasília: INL, 1980.
- BARROS, Maria Paes de. *No Tempo de Dantes*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- COSTA, Ana de Lourdes Ribeiro da. *Ekabó! Trabalho escravo, condições de moradia e reordenamento urbano em Salvador no século XIX*. 1989. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Universidade Federal da Bahia.
- FARIA, Eduardo de. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Lisboa: Tipografia Universal, 1853. 4 v.
- FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*. Decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. 4. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1968. 2 v.
- LEMONS, Carlos A. C. *Cozinha, etc.: um estudo sobre as zonas de serviço da Casa Paulista*. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- MATTOSO, Kátia de Queirós. *Família e Sociedade na Bahia do Século XIX*. Tradução James Amado. São Paulo: Corrupio; Brasília: CNPq, 1988.
- _____. *Bahia no Século XIX: Uma província no Império*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
- MOTT, Luiz. Cotidiano e vivência religiosa: entre a capela e o calundu. In: SOUZA, Laura de Mello (Org.). *História da Vida Privada no Brasil: Cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p.155-219.
- PINTO, Luiz Maria da Silva. *Dicionário da Língua Brasileira*. Ouro Preto: Tipografia Silva, 1832.
- QUERINO, Manuel. *A Bahia de Outrora*. Salvador: Progresso, 1955.
- SANTOS, Mário Augusto da Silva. Novas e Velhas Ocupações da Salvador Republicana (1890-1930). In: FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio A. Figueiras (Org.). *Cidade e História*. Modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX. Salvador: UFBA / Faculdade de Arquitetura. Mestrado em Arquitetura e Urbanismo; ANPUR, 1992. p. 257-262.
- SEGAWA, Hugo. *Ao amor do público: jardins no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, FAPESP, 1996.
- SILVA, Antônio de Moraes. *Dicionário da Língua Portuguesa*. 3. ed. Lisboa: Tipografia de M. P. Lacerda, 1823. 2 v.
- _____. *Dicionário da Língua Portuguesa*. 6. ed. Lisboa: Tipografia de Antônio José da Rocha, 1858. 2 v.
- SOUZA, Gabriel Soares de. *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. 3. ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1938.
- TAUNAY, Afonso de E. *Um Sueco na Cidade de Salvador (1756)*. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1960.
- VALENTE, Antônio Lopes dos Santos (Dir.). *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881.
- VAUTHIER, L. L. Casa de Residência no Brasil. In: *Arquitetura Civil I*. São Paulo: FAUUSP, MEC-IPHAN, p. 03-54, 1975. (Textos escolhidos da Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional 1)
- VIANNA, Antônio. *Quintal de Nagô e outras Crônicas*. Salvador: EDUFBA, 1979.
- VIANNA, Hildegardes. *A Bahia já foi assim: crônicas de costumes*. 2. ed. São Paulo: GRD; Brasília: INL, 1979.
- _____. *As aparadeiras e as sendeironas: seu folclore*. Salvador: Centro de Estudos Baianos da Universidade Federal da Bahia, 1988.
- _____. *Antigamente era assim*. Rio de Janeiro: Record; Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1994.
- VILHENA, Luis dos Santos. *A Bahia no Século XVIII*. Salvador: Itapuã, 1969. 3 v.

Fontes Primárias – Arquivo da Prefeitura Municipal de Salvador (FGM)

Termos de Alinhamentos e Vistorias – 1775 a 1800. Estante 09. Número de ordem 174.3. 245 f. ms.

Termos de Alinhamentos e Vistorias – 1800 a 1812. Estante 09. Número de ordem 174.4. 281 f. ms.

Termos de Alinhamentos e Vistorias – 1837 a 1841. Estante 09. Número de ordem 174.8. 200 f. ms.

Posturas – 1829 a 1859. Estante 08. Número de ordem 119.5. 154 f. ms.

Fontes Primárias – Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB)

Seção: Judiciária – Livro de Notas 01/04/371 – Capital – Período: 04/08/1863 a 28/12/1863 – 102 f. ms.